

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.191 - ES (2019/0355553-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : J A DOS S (PRESO)
ADVOGADO : WINTER WINKLER DE ALMEIDA SANTOS - ES021184
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Por meio deste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo no HC n. 0021090-07.2019.8.08.0000, busca-se a imediata revogação da prisão preventiva decretada em desfavor de **J A dos S** nos Autos n. 0005560-52.2019.8.08.0035, do Juízo da 2ª Vara Criminal de Vitória/ES, pela suposta prática dos crimes de estelionato e formação de quadrilha, defendendo-se, em suma, a ausência de fundamentação para a prisão cautelar.

É o relatório.

Dúvidas não há de que o deferimento de liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade.

Em juízo de cognição sumária, não verifico a existência de flagrante ilegalidade a justificar o deferimento da liminar, visto que, em princípio, a medida preventiva se baseia na garantia da instrução criminal, ante a possibilidade de reiteração delitiva do acusado, conforme se infere a seguir (fl. 29):

[...] No vertente caso, a segregação em apreço configura-se impositiva para a garantia futura da instrução criminal, posto que, soltos, os investigados possam reiterar as práticas delitivas, causando prejuízos a outrem.

As custódias cautelares dos investigados JAILSON PEREIRA DE SOUSA, JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS e ALESSANDRO JOLY TALARICO se mostram imprescindível, também, uma vez que estes não possuem paradeiro certo. Conforme exposto na representação policial os investigados são useiros e veseiros nas práticas de ações delituosas, utilizando-se, de vários agentes para aplicarem os 'golpes', de forma ardil, os conforme está sendo apurado no presente inquérito policial.

Além disso, na representação da autoridade demonstram fortes indícios das autorias e a materialidade delitiva.

O Tribunal de origem, por sua vez, também entendeu fundamentada a manutenção da custódia, destacando (fl. 101):

Superior Tribunal de Justiça

[...] a gravidade da conduta que perpassa necessariamente pelo *modus operandi* do paciente, denota um evidente risco à ordem pública \ e à instrução criminal, posto que do contrário, não apenas em relação a ele, haveria o incentivo a outras práticas dessa natureza pela via da impunidade, demonstrando, desta forma, que a prisão do paciente encontra respaldo no artigo 312 do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal.

A priori, entendo estarem presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal a justificar a prisão preventiva para a garantia da instrução criminal, em razão da possível reiteração delitiva do acusado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem informações às autoridades apontadas como coatoras, em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator